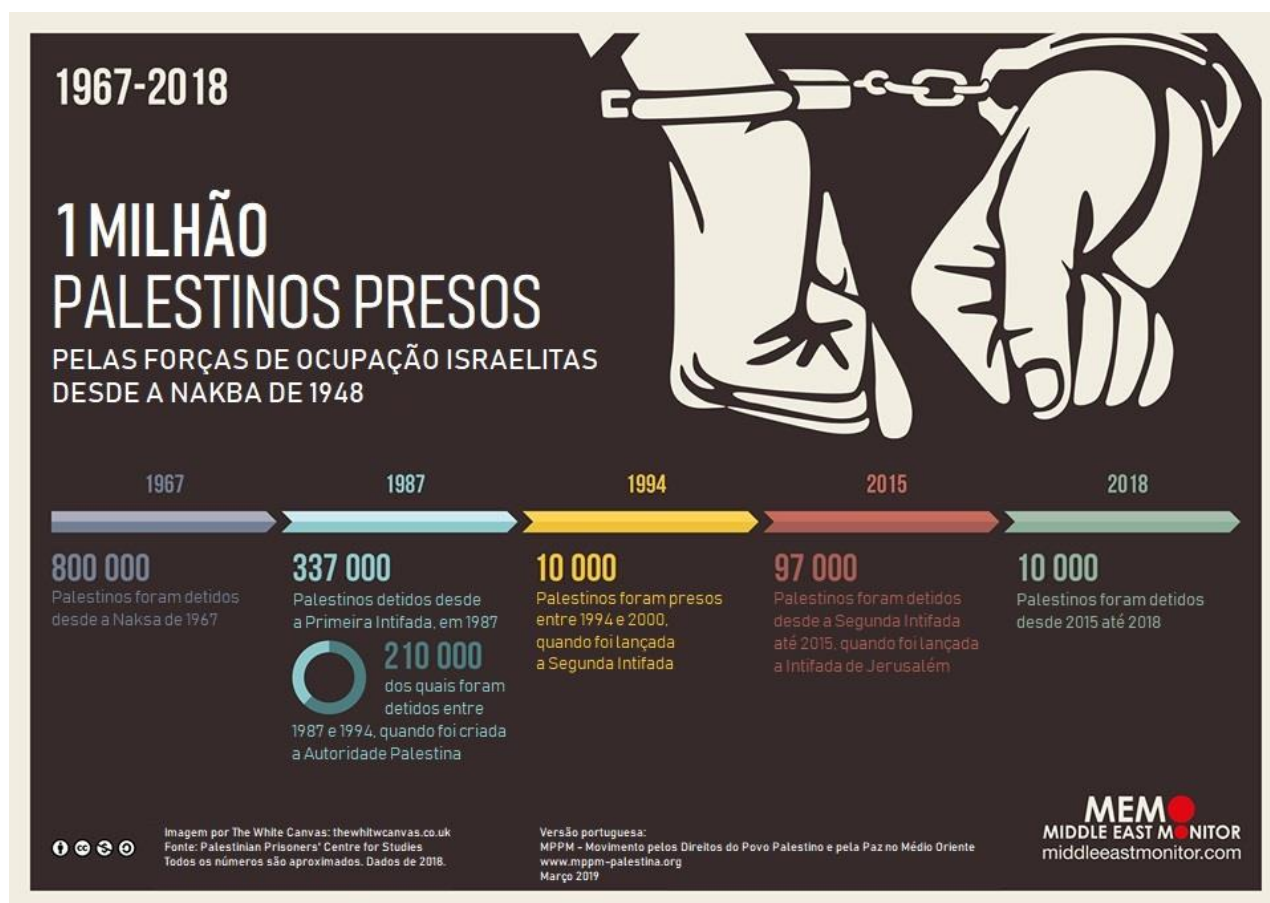


## Presos Políticos Palestinos nas Prisões de Israel

Desde a criação do Estado de Israel foram presos um milhão de palestinos, o equivalente a um quinto da população. A questão dos presos políticos é nuclear para os palestinos e tem de estar em cima da mesa em qualquer solução política da questão. A prisão e detenção de palestinos que vivem nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) é regida por um vasto conjunto de regulamentos militares que governam todos os aspectos da vida civil dos palestinos e criminalizam muitos aspectos da sua vida cívica. Por exemplo: os partidos que integram a OLP (com quem Israel negocia desde 1993) são considerados «organizações ilegais»; levar uma bandeira palestina é crime; participar numa manifestação é «perturbação da ordem pública»; servir um café a um membro de uma associação ilegal pode ser considerado «apoio a uma organização terrorista».



### Interrogatórios, tortura e maus-tratos

Um preso palestino pode ser interrogado por um período de 75 dias, e a visita de um advogado pode ser recusada durante 60 dias. Estes períodos podem ser indefinidamente prorrogados. A tortura e maus-tratos contra presos palestinos incluem agressão, imobilização, interrogatórios intermináveis, privação de sono, isolamento e prisão solitária e ameaças contra a vida de familiares. Embora contrárias ao direito internacional, nomeadamente a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura que Israel ratificou em 1991, as confissões obtidas sob tortura são admitidas nos tribunais de Israel.

## Tribunais militares

Os palestinos da Cisjordânia que são detidos pelo exército israelita são julgados em dois tribunais militares situados em Ofer e Salem, nos TPO. Nem todos os palestinos presos são julgados: alguns são libertados e outros ficam em detenção administrativa. Mas a taxa de condenação dos que são julgados é da ordem dos 99%. Israel, enquanto potência ocupante, ultrapassa largamente o âmbito permitido pelo direito humanitário internacional para tribunais militares e não garante julgamentos justos, que exigem, nomeadamente, o direito a conhecer a acusação com prontidão e de forma clara, o direito a preparar uma defesa efectiva, o direito a julgamento sem atrasos injustificados, o direito a ter apoio de intérprete e tradutor, o direito à presunção de inocência.

## Detenção administrativa

Na Cisjordânia ocupada, o exército israelita está autorizado a emitir ordens de detenção administrativa contra civis palestinos com base na Ordem Militar 1651. Esse mandato autoriza os comandantes militares a deter um indivíduo por períodos renováveis de até seis meses, se tiverem «motivo razoável para presumir que a segurança da área ou a segurança pública exigem a detenção». Na data de expiração ou pouco antes, a ordem de detenção é frequentemente renovada. Este processo pode ser continuado indefinidamente. Em alguns casos, os presos são mantidos em detenção administrativa depois de cumprirem a pena a que foram condenados por alegadamente constituírem uma ameaça à segurança. Estas práticas são uma violação grave das leis internacionais e dos direitos humanos, particularmente os artigos 78.º e 72.º da Quarta Convenção de Genebra, que declaram que um indivíduo acusado tem o direito de se defender. Também violam o artigo 66.º da Quarta Convenção de Genebra e os padrões básicos do julgamento justo.

## Isolamento

Uma prática corrente nas prisões israelitas, que combina os maus-tratos físicos e mentais, é o isolamento dos presos em celas individuais durante 23 horas diárias, apenas interrompidas por uma hora de passeio solitário. O isolamento pode ser determinado por decisão dos tribunais, dos serviços prisionais ou dos directores das prisões, e pode durar de 12 horas a seis ou doze meses, podendo estes períodos ser prorrogados indefinidamente.

## Negligência médica

As autoridades israelitas negligenciam sistematicamente a sua obrigação de prestar assistência médica aos presos palestinos a seu cargo, como requerido pelas Convenções de Genebra. Os problemas médicos são generalizados e de gravidade variável. O tratamento é frequentemente inadequado e prestado com muito atraso. Os presos têm longas horas de espera para serem vistos por um médico e a transferência para hospitais para tratamento indispensável pode demorar semanas ou meses.

## Visitas de familiares

As visitas de familiares são restringidas ou canceladas de forma arbitrária. Israel tem palestinos dos TPO detidos em prisões fora dos territórios ocupados em 1967. Esta prática é ilegal e dificulta as visitas de familiares, que têm que obter autorizações para entrar em Israel, o que é ainda mais difícil no caso de residentes em Gaza. Quando as visitas são autorizadas, ainda assim há severas restrições: só são autorizados familiares em primeiro grau; membros do sexo masculino entre os 16 e os 35 anos não são, normalmente, autorizados. Em Julho de 2017 Israel proibiu totalmente as visitas a 100 presos membros do Hamas.

## Mulheres

As mulheres palestinianas estão, sobretudo, nas prisões de Hasharon e Damon, que ficam fora dos TPO, o que viola o artigo 76.º da Quarta Convenção de Genebra. As prisões não estão preparadas para acorrer às necessidades específicas das mulheres, designadamente quanto à prestação de cuidados médicos. As mulheres estão sujeitas a maus-tratos físicos e mentais, tais como agressões, insultos, ameaças e assédio sexual.

## Menores

Todos os anos cerca de 700 menores são acusados nos tribunais militares de Israel, depois de detidos e interrogados pelo exército israelita. Os direitos dos menores palestinos, consignados nomeadamente na

Convenção sobre os Direitos da Criança, são violados de diversas formas durante a sua detenção, interrogatório, prisão e julgamento: frequentemente são interrogados sem presença de um advogado ou familiar adulto; a tortura e maus-tratos são usados para arrancar confissões forçadas; o assédio e abusos sexuais são recorrentes.

## Activistas de Direitos Humanos

Israel adoptou uma política de detenção, intimidação, ameaças e, por vezes, punição colectiva de activistas de direitos humanos, como professores, autarcas e membros dos comités populares que se opõem ao Muro da Anexação através de petições ao Supremo Tribunal de Israel, resistência pacífica e manifestações semanais. Jovens e crianças são os primeiros a ser presos, como forma de pressão sobre as famílias e a comunidade, como tentativa de os recrutar como informadores ou como estratégia para os impedir de participar nas manifestações e atirar pedras.

## Deputados ao Parlamento Palestino

Embora, de acordo com o direito internacional, ninguém possa ser detido pelas suas opiniões políticas, os dirigentes políticos são rotineiramente detidos como forma de suprimir os processos políticos palestinos e, em consequência, a soberania política e a autodeterminação. Recentemente, o processo focou-se especialmente nos membros do Conselho Legislativo Palestino (Parlamento).

## Punição colectiva

Israel adopta medidas de coacção que configuram a punição colectiva, proibida pelo direito internacional. Recentemente, congelou a transferência para a Autoridade Palestina (AP) de 138 milhões de dólares de impostos que lhe eram devidos, como retaliação por a AP pagar subsídios a famílias de presos – para quem estes subsídios são, por vezes, o único rendimento. Outra forma de punição colectiva usada por Israel é a demolição de habitações de presos, deixando sem abrigo os familiares – mulheres, idosos e crianças. A punição colectiva estende-se, por vezes, aos familiares e vizinhos sob a forma de restrição de movimentos ou interrogatórios coercivos.

## ESTATÍSTICAS

### 5450 Presos Políticos Palestinos nas Prisões de Israel (Março de 2019)

- 497 Em detenção administrativa (dos quais 3 são deputados ao Conselho Legislativo Palestino)
- 48 Mulheres
- 205 Menores (dos quais 32 têm menos de 16 anos)
- 7 Deputados ao Conselho Legislativo Palestino
- 340 Presos de Jerusalém Leste
- 70 Presos palestinos cidadãos de Israel
- 294 Presos de Gaza
- 540 Cumprindo prisão perpétua
- 493 Cumprindo penas superiores a 20 anos
- 20 Presos há mais de 25 anos
- 48 Presos há mais de 20 anos

## PERFIS



### Marwan Barghouti

Dirigente destacado da Fatah, foi preso pelo exército israelita em 15 de Abril de 2002. No julgamento alegou que o tribunal israelita era ilegítimo e ilegal e recusou apresentar defesa. Foi condenado a uma pena de 5 prisões perpétuas mais 40 anos. Tem apelado repetidamente à unidade dos palestinos dentro de uma OLP renovada, abrangendo todas as correntes.



### Ahmad Sa'adat

Ahmad Sa'adat é deputado ao Conselho Legislativo Palestino. Foi condenado a 30 anos de prisão em Dezembro de 2008 por um tribunal militar israelita, acusado de dirigir uma «organização terrorista ilegal», ou seja, por ser um dirigente da resistência palestina à ocupação e repressão sionistas — secretário-geral da Frente Popular para a Libertação da Palestina — eleito após o secretário-geral anterior ter sido assassinado por Israel. Esteve sujeito a mais de três anos de prisão solitária, até que em 2012 uma greve da fome maciça obteve o seu retorno ao regime prisional geral.



### Karim Younis

Karim Younis, o mais antigo preso palestino, está há 37 anos nas prisões de Israel. Na altura estudante universitário, foi preso pelas autoridades israelitas em 6 de Janeiro de 1983 pela sua participação na resistência, sendo condenado nesse mesmo ano a prisão perpétua.

A sentença foi posteriormente reduzida para 40 anos de prisão.

Karim Younis era um dos 30 presos que, no quadro do processo de paz patrocinado pelos EUA, deveriam ter sido libertados ao abrigo de um entendimento alcançado em 2013 entre Israel e a Autoridade Palestina. No entanto, Israel recusou-se a libertá-los.



### Abdel al-Bilawi

Abdel Raouf al-Bilawi, 13 anos, do campo de refugiados de Dheisheh na cidade de Belém, foi condenado a quatro meses por atirar pedras contra as forças de ocupação. Al-Bilawi foi detido pelas forças de ocupação em Dezembro e o seu julgamento adiado sete vezes, até que foi condenado em 22 de Janeiro. Al-Bilawi foi considerado o mais jovem palestino preso por Israel.



### Razan Abu Sal

Razan Abu Sal, de 13 anos, também foi condenada em 16 de Janeiro a quatro meses de prisão, acusada de atirar pedras. Razan, do campo de refugiados de al-Arroub em Hebron, é a mais jovem palestina detida por Israel.



### Israa' al-Ja'abes

Israa' al-Ja'abes tem 35 anos, é casada e tem um filho com 8 anos. Estudava Educação Especial na Faculdade Al-Ahliyya, em BeitHanina (Jerusalém). Foi detida em 11 de Outubro de 2015, depois de o seu carro se ter incendiado junto do *check-point* de Al-Z'ayyem, quando viajava de casa dos seus sogros, em Jericó, para sua casa em Jerusalém. Sofreu queimaduras de terceiro grau e teve de amputar oito dedos. Foi acusada de tentativa de atentado e condenada a 11 anos de prisão que está a cumprir na prisão feminina de Damon.

Fontes: [addammeer.org](http://addammeer.org); [samidoun.net](http://samidoun.net); [electronicintifada.net](http://electronicintifada.net); [middleeastmonitor.com](http://middleeastmonitor.com)